

Sarney diz que Congresso está de prontidão para ajudar Haiti

Comissão Representativa pode ser convocada ainda em janeiro para analisar medidas de auxílio ao país caribenho que dependam de análise da Câmara e do Senado. Sarney voltou a lamentar morte de 14 militares e de Zilda Arns

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou que a Comissão Representativa do Congresso Nacional, encarregada da solução dos problemas urgentes durante o recesso parlamentar, poderá ser convocada para atender às medidas legislativas que o governo considerar necessárias para auxiliar o povo do Haiti, vítima de um terremoto na terça-feira que destruiu a capital do país, Porto Príncipe.

– É uma contribuição que o Congresso dará na caridade, podemos dizer assim, que devemos exercer em relação ao povo tão sofrido daquele país – afirmou.

Em nome do Congresso, Sarney expressou o sentimento de tristeza que se abateu sobre o povo brasileiro pela tragédia vivida pelos haitianos, após a tragédia que pode ter deixado pelo menos 45 mil mortos, segundo estimativa da Cruz Vermelha. Ele disse que também falava em seu nome ao afirmar que os povos brasileiro e haitiano estão unidos neste momento de dor.

O senador lembrou a morte de 14 militares brasileiros que estavam a serviço da Força de Paz das Nações Unidas e também lamentou a morte de Zilda Arns, fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança, que se encontrava no Haiti para realizar uma palestra na Conferência Nacional dos Religiosos do Caribe. Na quinta-feira, ela teria um encontro com representantes de ONGs e, no dia seguinte, com o arcebispo de Porto Príncipe.



Rosewell Pinheiro_Abr



Jane Araújo

Enquanto os trabalhos de resgate às vítimas do terremoto prosseguem em Porto Príncipe, o presidente do Congresso, José Sarney, considera mobilizar o Legislativo no recesso para analisar medidas do governo

Lula decreta três dias de luto pelo Haiti

O presidente Lula decretou três dias de luto no país pela morte dos brasileiros no Haiti, vítimas do terremoto de terça-feira. A Presidência da República divulgou quarta-feira nota de pesar pela tragédia, transmitindo solidariedade ao povo haitiano e às famílias dos brasileiros vitimados, em especial à de Zilda Arns.

Também foi divulgado que o plano do governo brasileiro de ajuda emergencial ao Haiti terá ações nas cinco áreas prioritárias identificadas pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, que foi na quarta-feira ao país: sepultamento dos mortos, socorro médico aos feridos, remoção de destroços,

reforço da segurança nas operações e distribuição de suprimentos. A estratégia foi traçada pela comitiva brasileira no Haiti, após reuniões com comandantes militares que atuam nas forças de paz e visitas às tropas atingidas pelo terremoto. De acordo com o Ministério da Defesa, 15 engenheiros serão enviados ao país para reforçar o Batalhão de Engenharia do Exército, que também vai receber equipamentos pesados da construtora OAS, que realiza obras no país, sobretudo para auxiliar a garantir o acesso da ajuda humanitária e dos serviços de resgate. (com informações da Agência Brasil)

Virgílio lembra vida dedicada aos carentes

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), divulgou nota manifestando a consternação da bancada pela morte de haitianos e brasileiros após o terremoto.

“A consternação foi ainda maior ao saber que entre as vítimas estava a médica sanitária Zilda Arns Neumann, fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança. O sobrenome Arns é compromisso com a dignidade e com os humildes”, diz a nota.

Segundo Virgílio, ela dedicou sua vida à luta permanente em favor das causas sociais e se tornou uma referência mundial ao ser indicada para o Nobel da Paz.

“Zilda Arns foi um exemplo de dedicação extraordinário às crianças e demonstrou grandeza ao não permitir que sua causa fosse vinculada às questões de qualquer coloração político-partidária, se restringindo a uma atuação isenta e imparcial em favor dos mais necessitados”, afirma Virgílio, que conclui que “Deus concedeu-lhe uma morte coerente com a vida que ela viveu: ao lado dos mais carentes e mais necessitados da face da Terra”.

Zilda Arns morreu quando desabou a escola onde fazia palestra dirigida às conferências nacionais dos religiosos do Caribe. Sua missão no Haiti iria até hoje.

Corpo de Zilda Arns será velado hoje no Palácio das Araucárias e enterrado amanhã, também em Curitiba

O avião da Força Aérea Brasileira que retorna do Haiti com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, o senador Flávio Arns (PSDB-PR) e outras autoridades

realiza também o traslado do corpo da médica Zilda Arns, cuja chegada a Curitiba estava prevista para a madrugada de hoje. Zilda Arns faleceu em terremoto naquele país, onde participava de encontro de religiosos e procurava implantar uma rede de ajuda similar à que criou no Brasil.

O gabinete de Flávio Arns divul-

gou ontem nota lamentando a perda da tia do parlamentar.

“Esperança, confiança e crença num destino digno para toda a Humanidade são sentimentos da família do senador Flávio Arns neste momento de vazio pela dolorosa e inesperada perda. Além de familiar, Zilda Arns representava um modelo de cidadania para os brasileiros que sobreviverá na memória de todos e, mais especificamente, nas voluntárias da Pastoral da Criança”, diz a nota.

Representantes de vários países irão ao enterro

O corpo de Zilda Arns será velado hoje em Curitiba, no Palácio das Araucárias. Não há horário definido para o início. Amanhã, às 14h, será realizada uma missa de corpo presente no mesmo local.

O coordenador nacional adjunto da Pastoral da Criança, Nelson Arns, filho de Zilda, disse que várias autoridades do Brasil – entre as quais o

presidente Lula; dom Geraldo Lyrio Rocha, presidente da CNBB; e dom Geraldo Magella Agnelo, cardeal arcebispo de Salvador e primaz do Brasil – e de outros países estão confirmando presença no enterro, que será realizado amanhã no Cemitério Água Verde, em Curitiba. As informações completas estão no site www.pastoraldacrianca.org.br.



Flávio Arns (E) e Jobim (D) na base brasileira no Haiti

Rosewell Pinheiro_Abr



Goellner quer estimular empresa a ajudar funcionário a construir casa

Incentivo fiscal para construir moradia popular

A construção de habitações populares no país poderá ganhar novo impulso caso seja aprovado projeto de lei do Senado (PLS 77/08) que concede incentivo fiscal ao empregador que ajudar a financiar a moradia de empregados de baixa renda. A proposta do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) já foi aprovada – na forma de substitutivo – pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e agora depende de decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para ser enviada à Câmara.

A exemplo do que ocorreu na CAS, o relator na CAE, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), também elaborou substitutivo ao PLS 77/08, com mudanças substanciais no texto original.

A proposta autoriza empresas submetidas ao regime de apuração do lucro real e empregadores de pessoas físicas a deduzirem – até o limite de 2% do Imposto de Renda (IR) devido – doações feitas para edificação, melhoramento ou regularização jurídica e urbanística de moradia de empregados cuja renda familiar não ultrapasse cinco salários mínimos.

O substitutivo de Zambiasi relaciona as condições que poderão ser exigidas pelo governo para validar o benefício. Além da necessidade de aprovação de projeto detalhado, bem como da forma de controle de sua execução, o governo deverá designar órgãos encarregados do exame, da aprovação, do acompanhamento e da quitação do projeto. Abre-se a possibilidade ainda de se exigir convênio entre a pessoa jurídica e o respectivo sindicato de empregados, para efeito de fiscalização da execução do projeto, e projeto de construção de moradia para empregados para liberação de financiamento por instituições oficiais de crédito ou agências de desenvolvimento governamentais.

Criado em 2001 por acordo entre governo, trabalhadores e empresários, tributo ajudou a cobrir rombo de R\$ 42 milhões no FGTS causado pelos planos Verão e Collor I

Contribuição patronal sobre FGTS deve acabar em 2012

A COBRANÇA DA contribuição social de empregadores, criada para cobrir o passivo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) gerado pelos planos Verão e Collor I, poderá se encerrar em 31 de julho de 2012. É o que determina projeto (PLS 198/07) do senador Renato Casagrande (PSB-ES) que aguarda inclusão na pauta do Plenário a partir de 1º de fevereiro, quando os trabalhos legislativos forem retomados.

A contribuição dos empregadores equivale a 10% sobre o saldo do FGTS recebido pelo empregado que for dispensado sem justa causa. Para Casagrande, o encerramento dessa cobrança se justifica pela recuperação dos balanços do FGTS nos últimos anos.

A contribuição foi instituída pela Lei Complementar 110/01,



Para Casagrande, FGTS não precisa mais desses recursos

mas sem prazo definido para se encerrar, diferentemente do que ocorreu com a contribuição definida pela lei para os trabalhadores. Para ajudar a cobrir o déficit do FGTS, o empregado também contribuiu com uma alíquota de 0,5% sobre a remuneração. Porém, essa parcela teve vigência de apenas 60 meses e se encerrou

Fotos de Moreira Noriz

em meados de 2006.

O acordo firmado entre governo, trabalhadores e empregadores que permitiu a aprovação à época tinha dois objetivos: reduzir demissões e cobrir um rombo previsto em R\$ 42 bilhões no patrimônio do FGTS. Isso aconteceu depois que a Justiça determinou a correção monetária dos saldos das contas individuais de FGTS durante os planos Verão (em janeiro de 1989, no governo José Sarney) e Collor I (em abril de 1990, no governo Fernando Collor).

A proposta original previa que a contribuição só deveria ser cobrada até 31 de dezembro de 2010, mas emenda apresentada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) estendeu o prazo. Se aprovado no Senado, o projeto seguirá para a Câmara.

Projeto muda critérios de taxaço sobre fundos de pensão

Quem contratar planos de previdência complementar poderá escolher o regime de tributação do Imposto de Renda (IR) incidente sobre sua renda previdenciária: apenas no momento de obtenção do benefício (aposentadoria ou pensão) ou no resgate dos valores acumulados.

Hoje, essa opção tem de ser feita no ato de contratação do plano, mas o projeto de lei (PLS 511/07) do senador Paulo Paim (PT-RS) quer flexibilizar essa regra. Já aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 2009, a proposta espera votação, em decisão terminativa, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ao alterar a Lei 11.053/04, que dispõe sobre a tributação dos planos de previdência, o PLS 511/07 permite não só ao titular do plano efetuar essa opção. Se o participante não puder fazê-lo (em caso de morte, por exemplo), seus dependentes ou representantes legais ficarão autorizados a exercer essa escolha. E mesmo que a definição da tributação do IR tenha ocorrido no ato de assinatura do contrato,

como se exige hoje, será possível rever essa decisão, desde que não tenha sido realizado, ainda, o pagamento do benefício ou resgatado o montante acumulado.

Favorável à aprovação do projeto, o relator na CAE, senador Gim Argello (PTB-DF), explica em seu parecer que a Lei 11.053/04 oferece duas opções de tributação.

No regime progressivo, incide gradualmente sobre faixas crescentes de renda (repetindo a tabela do IR, com alíquotas que vão de zero a 27,5%). No regressivo, as alíquotas do IR são decrescentes (de 35% a 10%) à medida que aumenta a permanência dos recursos no plano.

“Pode-se dizer que o regime de tributação regressivo é indicado para quem planeja poupar em plano de previdência por mais tempo. Ao contrário, o regime progressivo é indicado para quem efetua contribuições com visão de curto prazo e para aqueles que estão perto de usufruir do benefício da aposentadoria”, explicou Gim Argello no parecer.



Paulo Paim defende fórmula que dá liberdade de escolha ao participante

O problema é que, mesmo que o participante tenha deixado claro seu objetivo no ato de contratação do plano previdenciário, a Lei 11.053/04 não deixa margem para mudanças caso um imprevisto aconteça e obrigue uma antecipação no resgate do valor acumulado ou no recebimento do benefício.

Essa restrição apontada por Paim foi reconhecida por Gim Argello e pelo relator na CAS, Roberto Cavalcanti (PRB-PB), que concordou com a oportunidade de dar ao cidadão maior controle sobre o imposto a ser cobrado, podendo ser menos onerado no momento de dificuldades pessoais e premiado se conseguir manter seus recursos investidos por mais tempo.



Marconi pretende incentivar a prática de esportes nos municípios

Fundo pode ajudar a construir quadras esportivas

A revelação de novos atletas nas comunidades carentes do país poderá ser incentivada com a criação do Fundo Comunitário de Esportiva (FCE). A iniciativa de projeto de lei do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) deverá viabilizar a construção de quadras poliesportivas nos municípios e no Distrito Federal. Já aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a proposta (PLS 110/08) aguarda votação, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Os recursos para o FCE deverão vir do Orçamento da União, de transferências de instituições, de doações e de rendimentos de aplicações desses valores. Tanto órgãos públicos estaduais e municipais quanto entidades não governamentais poderão executar as obras, cabendo aos governos municipais e do Distrito Federal a responsabilidade pela infraestrutura necessária à construção das quadras e por sua conservação.

O PLS 110/08 transfere para a regulamentação do FCE a definição do agente operador e administrador do fundo e dos critérios de aprovação de projetos e entidades beneficiadas. Mas já cuida de proibir a concessão de recursos a entidades esportivas profissionais e determinar que o saldo positivo apurado ao final de cada exercício permaneça no fundo para aplicação no exercício seguinte.

A proposta recebeu pareceres pela aprovação tanto na CE quanto na CAE. Os relatores nessas comissões, respectivamente Renato Casagrande (PSB-ES) e Wellington Salgado (PMDB-MG), salientaram em seus pareceres o objetivo da proposta de “promover, democratizar e facilitar o acesso ao esporte de massa não profissional”. Ambos também destacaram a importância social e educacional da medida.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Nota oficial informa que administração da Casa já havia identificado e tomado providências a respeito de erro apontado pela *Folha de S. Paulo*

Senado esclarece reportagem sobre rescisões

A SECRETARIA ESPECIAL de Comunicação do Senado Federal divulgou ontem nota em que esclarece informações publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, na matéria intitulada "Senado paga rescisões superfaturadas". Segue a íntegra do documento:

1) No período de 2004 a 2008, pelos levantamentos disponíveis, 131 rescisões de contratos de trabalho de servidores comissionados foram efetuadas para mais, alcançando um valor global de R\$ 262.835,13, não

incluídas as correções monetárias fixadas por critérios do Tribunal de Contas da União. Ressalte-se que no mesmo período, de 2004 ao final de 2008, o Senado Federal procedeu a 3.625 exonerações de servidores comissionados.

2) À época, tão logo constatado o erro, foram enviadas aos ex-servidores cartas registradas informando que os valores pagos indevidamente precisavam ser obrigatoriamente restituídos. Dois funcionários procederam às devoluções, to-

talizando R\$ 5.583,20, ficando o valor global remanescente em R\$ 257.251,93.

3) Segundo informações da Secretaria de Recursos Humanos, os erros se deveram a pequenos problemas ocorridos no sistema de controle de informação Ergon – implantado em 2004 – e a rotinas de pagamentos de direitos e proventos, estes efetuados pelo conceito de "a vencer", como ocorre no serviço público brasileiro. As falhas verificadas no sistema eletrônico foram sanadas e pro-

cedimentos aperfeiçoados para evitar que as mesmas distorções continuassem ocorrendo.

4) Em março de 2009, a Secretaria de Recursos Humanos encaminhou todos os processos pendentes à Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade do Senado Federal (Safin) para que fossem adotadas as medidas legais cabíveis. Como determina a legislação, os nomes dos ex-servidores inadimplentes terão o valor devido registrado na conta "Diversos Responsáveis" no Siafi. Tam-

bém será remetida cópia dos processos à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União. Além do mais, os nomes dos ex-servidores serão incluídos como devedores em cadastro próprio do Senado Federal.

5) As ações descritas corroboram a orientação da atual Mesa diretora de dotar o Senado Federal de mecanismos administrativos e de gestão financeira cada vez mais eficientes, transparentes e democráticos, exigências da sociedade brasileira.

O Senado Federal
escuta você!

Ligue: 0800 61-2211

ALÔ SENADO